

Produção do Espaço e Dinâmica Regional

Agronegócio globalizado e uso do território no contexto de financeirização: o Grupo Cosan e o setor sucroenergético brasileiro

Globalized agribusiness and use of territory in the context of financialization: the Cosan Group and the Brazilian sugar-energy sector

Agronegocio globalizado y uso del territorio en el contexto de la financiarización: el Grupo Cosan y el sector sucroenergético brasileño

Lais Ribeiro Silva¹ 

¹Universidade Federal de Uberlândia , Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO

A financeirização permitiu a inserção de novos agentes no agronegócio globalizado brasileiro, especialmente fundos de investimentos, investidores privados e indivíduos de alta renda, que se somaram à tradicionais agentes na orientação das dinâmicas produtivas em território nacional, sobretudo a partir de 2000. Observando um exemplo empírico, muito expressivo dessa dinâmica - a saber o Grupo Cosan - a pesquisa procurou compreender como os usos do território efetivados pelo referido agente se relacionaram com o processo de financeirização. A análise indicou que, após abertura de capital em bolsa de valores, o Grupo Cosan empreendeu estratégias de expansão de suas atividades produtivas em território brasileiro com objetivo de crescimento econômico e valorização financeira, processo que também se conformou a partir da sustentação de ações estatais de disponibilização de fundos públicos. Tal processo se inseriu em um contexto de implicações socioespaciais diversas, analisadas na pesquisa a partir da superexploração do trabalho e da natureza e do processo de homogeneização da paisagem e do território. Concluiu-se que as estratégias de uso do território efetivadas pelo Grupo Cosan, no atual contexto de financeirização, foram pautadas principalmente pela necessidade de valorização financeira, o que ocorreu por meio da expansão territorial das atividades produtivas, com consequências socioespaciais para os lugares acionados.

Palavras-chave: Financeirização; Setor sucroenergético; Uso do território; Fundos públicos

ABSTRACT

Financialization has facilitated the entry of new actors into Brazilian globalized agribusiness, especially investment funds, private investors, and high-net-worth individuals, who have joined traditional agents

in shaping productive dynamics within the national territory, particularly since 2000. Using an empirical example that clearly illustrates this dynamic - the Cosan Group - this research aimed to understand how the uses of territory implemented by this agent have been related to the process of financialization. The analysis indicated that, following its initial public offering (IPO), the Cosan Group pursued strategies to expand its productive activities across Brazilian territory with the purpose of achieving economic growth and financial valuation, a process that was also shaped by state actions providing access to public funds. This process developed a context of diverse socio-spatial implications, which the study examined in relation to the overexploitation of labor and nature, as well as the resulting homogenization of landscapes and territory. It was concluded that the territorial use strategies implemented by the Cosan Group, within the current context of financialization, have been primarily driven by the need for financial valuation, achieved through the territorial expansion of productive activities, with socio-spatial consequences for the places involved.

Keywords: Financialization; Sugar-energy sector; Use of territory; Public funds

RESUMEN

La financiarización ha facilitado la entrada de nuevos actores en el agronegocio globalizado brasileño, especialmente fondos de inversión, inversionistas privados y personas de alto patrimonio, que se han sumado a los agentes tradicionales en la conformación de las dinámicas productivas dentro del territorio nacional, particularmente desde el año 2000. Utilizando un ejemplo empírico que ilustra claramente esta dinámica —el Grupo Cosan— esta investigación tuvo como objetivo comprender cómo los usos del territorio implementados por este agente se han relacionado con el proceso de financiarización. El análisis indicó que, tras su oferta pública inicial (IPO), el Grupo Cosan emprendió estrategias para expandir sus actividades productivas a través del territorio brasileño con el propósito de alcanzar crecimiento económico y valorización financiera, proceso que también fue moldeado por acciones estatales que facilitaron el acceso a fondos públicos. Este proceso se desarrolló en un contexto de diversas implicaciones socioespaciales, que el estudio examinó en relación con la sobreexplotación del trabajo y la naturaleza, así como la homogeneización de los paisajes y el territorio. Se concluyó que las estrategias de uso del territorio implementadas por el Grupo Cosan, en el contexto actual de financiarización, han estado principalmente impulsadas por la necesidad de valorización financiera, lograda a través de la expansión territorial de las actividades productivas, con consecuencias socioespaciales para los lugares afectados.

Palabras-clave: Financiarización; Sector sucroenergético; Uso del territorio; Fondos públicos

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que o território usado (Santos, 2014; Santos, Silveira, 2016) e o “território sendo usado” embasam a constante transformação da dimensão espaço-tempo, assim como o território brasileiro. Observar o território pelos seus usos permite uma compreensão das intenções, dos agentes, das dinâmicas sociais, das transformações dos sistemas de objetos e de ações, que constituem uma totalidade em

movimento, o que permite reconhecer uma dimensão temporal das transformações do espaço (Santos, 2014; Santos, Silveira, 2016).

Dessa forma, apesar das dinâmicas de transformação do território brasileiro responderem também à lógicas internas, há de se reconhecer sua relação constante com a totalidade-mundo e seus processos: o território brasileiro se realiza apenas na relação com a totalidade, ao passo em que a totalidade apenas se realiza a partir de suas partes.

Esses pressupostos nos indicam então que as mudanças estruturais e conjunturais, ocorridas a partir da segunda metade do século XX no sistema-mundo capitalista, bem analisadas por um conjunto de autores (Harvey, 1989; Benko, 1999; Arrigui, 2008; Santos, 2012; Sassen, 2017), implicaram em transformações para as economias centrais e periféricas, como para o Brasil. Essas transformações, de propriedade econômica, política e social, conformaram três processos-chave para compreensão dos usos do território brasileiro nas últimas décadas, que são a mundialização, a financeirização e o neoliberalismo, processos discutidos por autores das ciências humanas de diversos campos (Harvey, 1989; Benko, 1999; Chesnais, 2005; Arrigui, 2008; Lapavitsas, 2009, 2011; Santos, 2012; Sassen, 2017).

Com base nesses autores, pode-se entender a mundialização como um período de expansão global das relações sociais de produção capitalistas com a conformação de um espaço mundial do capitalismo multinacional (Benko, 1999, p. 42), resultante das transformações do capitalismo históricos após a década de 1970, notadamente marcado pelo aumento da concorrência intercapitalista e pela consequente queda das taxas de lucro, que levou à crise do modelo fordista de produção, à expansão financeira global e a conformação de um modelo flexível de acumulação (Harvey, 1989; Benko, 1999; Arrigui, 2008). Ressalta-se que a flexibilidade e a hipermobilidade do capital em suas diferentes formas, característica desse momento, apenas se tornou possível com a conformação de um meio geográfico denso em técnica, ciência e informação, resultado da relação dialética entre forma e conteúdo que se dá no âmbito das transformações sociais referidas (Harvey, 1989; Santos, 2012; Contel, 2020).

Essa flexibilidade, que se conforma simultaneamente, permitiu trazer as finanças para o centro das relações de produção capitalista e produziu um fenômeno, entendido por um conjunto de autores por financeirização (Chesnais, 2005; Lapavitsas, 2009; 2011). A financeirização consiste em um conjunto de processos que se relacionam com a hipermobilidade do capital no período contemporâneo, como a desregulamentação e abertura dos mercados financeiros nacionais, pela proliferação de serviços e agentes financeiros e pela inserção das dinâmicas de acumulação financeira no centro das intenções políticas, econômicas e culturais das instituições e dos indivíduos (Chesnais, 2005; Lapavitsas, 2009; 2011; Paulani, 2009).

No seio desse processo se conforma também a sua racionalidade, o neoliberalismo, que ordena a lógica dos agentes institucionais e empresariais, mas também dos indivíduos e da sociabilidade em geral (Dardot, Laval, 2016, p. 34). Trata-se de uma razão que hegemoniza a lógica do mercado como padrão para as ações individuais e institucionais, com implicações para os usos do território.

Todos esses processos estabelecem novas condicionantes que norteiam mudanças que se dão, simultaneamente, no âmbito das atividades hegemônicas – aqui analisadas a partir do chamado agronegócio globalizado (Elias, 2006), muito inserido em uma lógica técnica, produtiva e comercial própria do modo de reprodução hegemônica do capitalismo, e pela ampla articulação entre agentes nacionais e estrangeiros, notadamente grandes corporações agroalimentares, agroquímicas, agentes financeiros e seus instrumentos de atuação, agricultores, proprietários de terra e o Estado – e hegemonizadas - formas outras de produção, pouco inseridas na dinâmica global de produção e comercialização.

À vista disso, entende-se que a medida em que as transformações do capitalismo contemporâneo levam a valorização financeira para a centralidade do processo de acumulação, o próprio território é acionado a participar desse processo, destacadamente como plataforma de valorização. Para compreender essa dinâmica a pesquisa realizada acionou um exemplo empírico, entendido como muito explicativo de como a valorização financeira é concedida por processos de acumulação que ocorrem no âmbito do território usado.

Esse exemplo refere-se às relações tecidas entre o capital financeiro e um agente de importância significativa no conjunto das atividades do agronegócio brasileiro, o Grupo Cosan S.A. Trata-se de um grupo empresarial que se inseriu nas dinâmicas de valorização financeira após anos 2000, a partir da abertura do capital em bolsa de valores no Brasil e no exterior. Com isso, houve o aumento da participação de agentes e capitais financeiros, tanto a partir de sua composição acionária (expresso sobretudo por fundos de investimentos, agentes corporativos, bancos e indivíduos de alta renda), quanto a partir de acordos e estratégias empresariais definidas pelo Grupo, que passaram a se orientar pela necessidade de remuneração financeira dos capitais investidos. Para suprir essa demanda, o crescimento econômico no Grupo se expressou em uma nova escala territorial, com a expansão de seus processos produtivos e do controle do setor, largamente amparado por fundos públicos e endividamento.

Assim, este artigo buscou compreender a conformação desse processo, indicando suas bases conceituais e analisando suas dinâmicas empíricas, a partir do referido exemplo. Para isso, em um primeiro momento foi apresentado as discussões teóricas sobre a financeirização e o uso do território, com o objetivo de estabelecer as bases conceituais pertinentes à análise dos usos do território brasileiro à luz da contemporaneidade. Na seção seguinte, a análise se debruçou sobre o exemplo empírico, apresentando suas estratégias e dinâmicas acionadas no contexto de financeirização. Por último, foram apresentadas as implicações socioespaciais do processo de expansão de territorial das atividades de cana-de-açúcar nos espaços acionados pelo referido agente, analisados a partir da homogeneização da paisagem e o avanço do cultivo sobre pastagens e demais culturas, da superexploração da natureza e do trabalho.

Ao final, espera-se que as discussões acionadas bem como os exemplos empíricos apresentados contribua para a compreensão de que o território é condição para a financeirização e que, quando avaliado a partir do exemplo empírico acionado, demonstra a articulação entre uma lógica global, expressa pelas demandas do capitalismo contemporâneo, e uma lógica local, dada pelas condições materiais e normativas estabelecidas no âmbito do território brasileiro.

2 A FINANCEIRIZAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES PARA O USO DO TERRITÓRIO

A financeirização enquanto conceito, expressa um conjunto de transformações e dinâmicas recentes que levaram à predominância da valorização financeira nos processos de acumulação capitalista. Tal conceito – e seus processos – tem sido trabalhado por autores de diversas áreas das ciências humanas (Harvey, 1989; Chesnais, 2005; Arrigui, 2008; Lapavitsas, 2009, 2011; Pike, Pollard, 2010; Christopher, 2015) que demonstraram a amplitude das consequências dessas transformações, que vão dos setores produtivos aos indivíduos, na escala da vida cotidiana.

Para a análise aqui empreendida, as transformações para o setor produtivo interessam especialmente, dada a dimensão do uso do território que efetivam, o que não significa dizer que são mais importantes do que as transformações ao nível dos indivíduos, como muito discutido por Lapavitsas (2009, 2011) e Dardot e Laval (2016)¹. Para os setores produtivos, a financeirização ampliou a capacidade captação de recursos de seus agentes para além dos bancos, através do aumento da participação de instituições financeiras e agentes diversos que se especializaram na acumulação pela via financeira, como os fundos de pensão, os fundos soberanos, seguradoras, e os próprios bancos em exercício da administração e da gestão de ativos diversos (Chesnais, 2005; Paulani, 2009).

Ainda, como nos instrui Paulani (2009, p. 27), a financeirização impôs ao capital produtivo uma lógica de funcionamento que se orienta pela maximização do capital acionário. Assim, as empresas que se inserem nessa dinâmica de acumulação, passam a adequar suas estratégias para a maximização do valor acionário e da remuneração dos ativos, o que, a partir do exemplo analisado, ocorreu com a expansão territorial de suas atividades produtivas com impactos no campo social e ambiental (Silva, 2022).

¹ Lapavitsas (2009, 2011) discute como as atividades bancárias após a década de 1970, decorrente da ampliação da possibilidade do setor produtivo de se financiar por outros meios financeiros, intensificaram o fornecimento de serviços financeiros na escala do consumo doméstico, constituindo uma nova esfera de expropriação financeira. Essas questões, de suma importância, não serão discutidas aqui dado o objetivo do trabalho, mas precisam ser ressaltadas. Destaca-se que esse processo de dá em conjunto com a intensificação da “mercadorização” das necessidades básicas dos indivíduos, como educação, moradia, saúde, entre outros, que passam a contar com serviços financeiros habitacionais, educacionais, seguros, consumo etc. (Lapavitsas, 2009, 2011; Dardot, Laval, 2016).

Importante ressaltar que observar território pelos seus usos, permite uma compreensão que considera as intenções, os agentes, a dinâmica social e a materialidade que rege o processo, almejando a noção de totalidade do espaço. Através do uso do território, é possível traçar uma análise que contemple os agentes, as intenções e a dinâmica social da materialidade do espaço, e reconhecer a dimensão temporal que indica que a cada momento essas relações se transformam (Santos, 2014; Santos, Silveira, 2016)

Assim sendo, os usos do território empreendidos pelo Grupo se estabeleceram, nesse período, a partir de uma relação dialética entre fatores e variáveis que possuem uma dimensão global, própria do contexto de financeirização, mas também uma dimensão local, própria do território nacional e da conjuntura que aqui se estabeleceu.

Essa relação dialética entre o global e o local indica que uma análise totalizadora a partir da Geografia, não pode se desviar do fato de que a remuneração do capital financeiro está diretamente associada aos processos produtivos que, em última instância, ocorrem a partir dos usos do território, de suas dinâmicas de circulação, de controle e de organização correspondentes. Assim, como colocado por Souza (2016), o capital produtivo é base de realização e de potencialização da acumulação financeira.

No mesmo sentido, Pike e Pollard (2010) indicam que analisar a financeirização isolada da esfera produtiva pode levar a entendimentos equivocados de que o capital financeiro não possui “lugar” ou é “desespacializado”. Ao contrário, os “espaços da financeirização” expressam as materialidades e as normas necessárias à remuneração dos capitais financeiros (Pike, Pollard, 2010, p. 36).

Assim, se a acumulação financeira não existe isolada do espaço, pode-se pensar na existência de espaços centrais, caracterizados pela função de centros financeiros e de controle da dinâmica financeira global – de onde surgem agentes também centrais e que controlam, via finanças, considerável parte da produção mundial de mercadorias -, e de espaços subordinados, que participam de modo passivo na mesma dinâmica (Paulani, 2009; Dowbor, 2017). Para esses espaços subordinados, dos quais o Brasil e outros países latino-americanos fazem parte, a financeirização aprofunda sua dependência - uma vez que não fazem parte dos

centros de decisão e se conformam como “mercados emergentes” aos olhos dos investidores - e sua vulnerabilidade - pois submetidos aos interesses do mercado financeiro como plataforma de valorização (Arroyo, 2006; Amaral, 2013).

É nesse contexto que o Grupo Cosan efetiva suas estratégias de uso do território, com amplas implicações no campo social e ambiental, como poderá ser observado neste artigo.

3 O GRUPO COSAN: DINÂMICAS RECENTES DE USO DO TERRITÓRIO E RELAÇÃO COM A VALORIZAÇÃO FINANCEIRA

A origem do Grupo Cosan remonta à década de 1930, quando a família Ometto chega ao Brasil e inicia um processo de aquisição de terras no estado de São Paulo (Guedes *et. al.*, 2016). Durante todo o século XX, o agente analisado - inicialmente denominado Irmãos Ometto e Cia. - usufruiu de ampla sustentação à produção de cana-de-açúcar ofertada pelo Estado Brasileiro por meio de políticas públicas setoriais e ampliou sua atuação no setor sucroenergético a partir de compra de terras e usinas (Guedes *et. al.*, 2016; Boechat, Pitta, 2020).

No final do século XX, a forma de atuação do Estado brasileiro se reconfigurou, e passou a ter um caráter “indutor” do setor sucroenergético, a partir do financiamento do capital produtivo, da construção de modais de transporte, da ampliação de mercados, de incentivos à pesquisa, entre outras ações (Castillo, 2015). Essas transformações se configuram em um contexto marcado por fatores, em escala nacional e internacional, que favoreceram a expansão da produção de cana-de-açúcar no Brasil, como a própria desregulamentação do setor, o ingresso de capitais externos, o aumento das demandas por commodities, a valorização do etanol na política doméstica, o aumento do número de automóveis *flex fuel*, a expansão do mercado interno - com impactos no consumo de etanol e açúcar -, o aumento dos preços internacionais do petróleo e do açúcar, além da emergência da questão ambiental que favoreceu, politicamente, o setor como um todo (Verdi, Aoun, 2009; Mendonça *et al.*, 2012; Carneiro, 2012; Delgado, 2012; Svampa, 2012; Oliveira, 2016).

A partir dessa conjuntura favorável que se conformou, o Grupo Cosan efetivou um processo de inserção às dinâmicas de financeirização e passou por um significativo crescimento nas primeiras décadas do século XX, adquirindo usinas e estabelecendo parcerias internacionais (Guedes *et al.*, 2016; Boechat, Pitta, 2020; Silva, 2022). Marco desse processo, o Grupo Cosan abriu seu capital em bolsa de valores a partir de duas IPOs (Ofertas Públicas Iniciais): uma em 2005, quando a Cosan S.A. abriu seu capital na Bolsa de Valores e Mercado Futuro de São Paulo (B3), arrecadando US\$ 403 milhões; e outra em 2007, com a criação da holding Cosan Limited para abertura de seu capital na New York Stock Exchange (NYSE), IPO que arrecadou aproximadamente US\$ 1 bilhão (Reuters, 2007).

Destaca-se também a criação da Raízen, joint venture da Cosan S.A. e da Royal Dutch Shell, que passou a comandar, desde sua criação em 2011, o capital produtivo sucroenergético do Grupo Cosan, atuando diretamente sobre a produção de cana-de-açúcar e derivados no território brasileiro. Em 2020, a Raízen ocupou 4º lugar no ranking das maiores empresas brasileiras em faturamento, com receita líquida de R\$ 119,7 bilhões² (Raízen, 2020), e até aquele ano, a Raízen controlava 24 unidades industriais sucroenergéticas³, distribuídas nos estados de São Paulo (24 usinas), Goiás (uma usina) e Mato Grosso do Sul (uma usina), que somadas, alcançavam a capacidade de moagem anual de 73 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, a maior do setor em capacidade de moagem (Raízen, 2020).

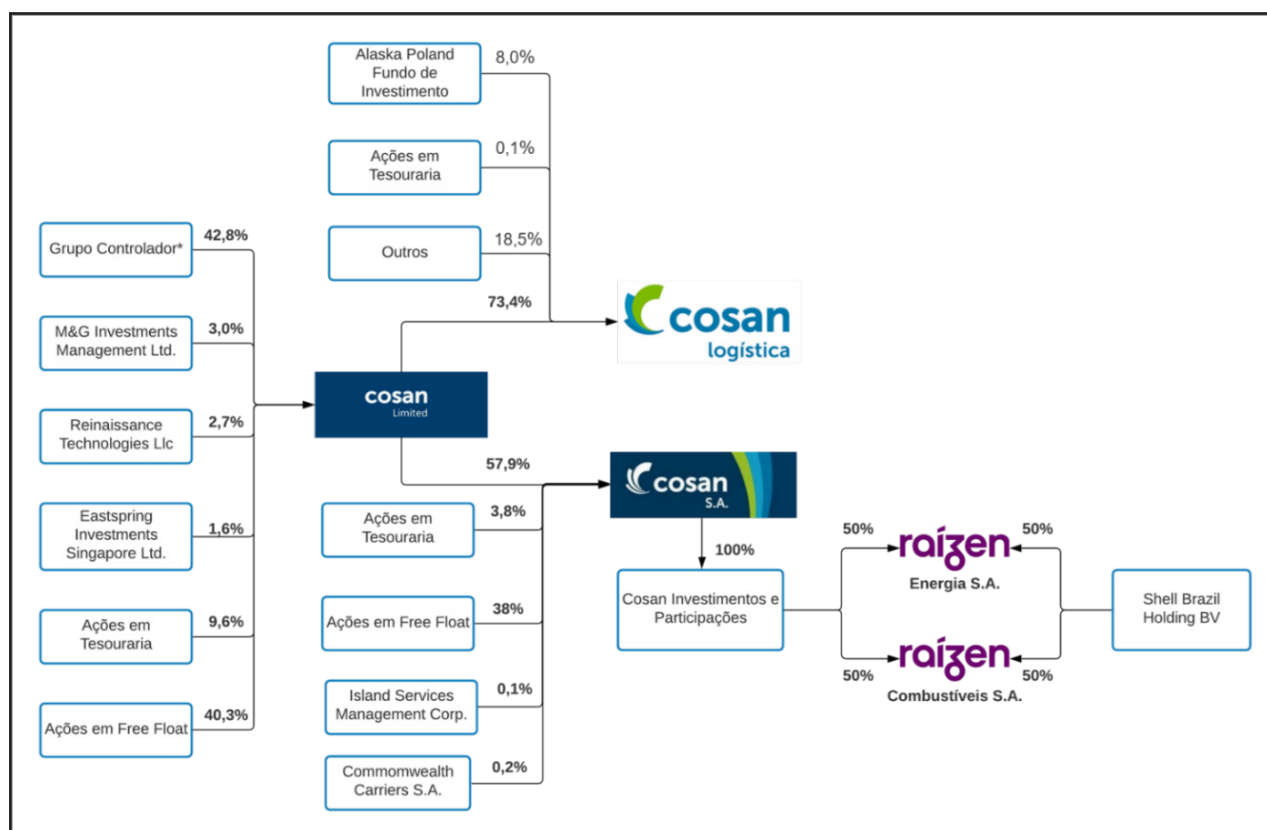
Com a abertura de capital do Grupo Cosan, houve a entrada de capitais – nacionais e estrangeiros – que buscavam se valorizar a partir de suas atividades, o que levou a uma reconfiguração da composição de agentes no comando da empresa, por meio do controle das ações ordinárias, bem como a ampliação da participação de agentes por meio das ações preferenciais (Figura 1). Essa estrutura acionária, com foco na *holding*

² Na safra 2024/2025, a receita líquida da empresa foi de 255,3 bilhões de reais (Raízen, 2025).

³ A análise que originou este artigo alcançou os processos e dinâmicas que ocorreram até 2020. No entanto, alguns processos posteriores devem ser destacados, mesmo que não tenham sido analisados. É o caso da compra de nove usinas sucroenergéticas da Biosev, em 2021, pela Raízen, que passou a comandar 35 usinas e uma moagem aproximada de 20% da produção do Centro-Sul (NovaCana, 2021). Em 2025, em decorrência do alto endividamento da empresa, foi anunciado a disponibilidade de venda de quatro dessas unidades adquiridas da Biosev (NovaCana, 2025).

Cosan Limited, se manteve até 2021, quando houve uma reorganização societária do Grupo Cosan, com a dissolução da Cosan Limited e a abertura do capital da Raízen na B3.

Figura 1 – Composição acionária da Cosan Limited e suas principais subsidiárias (2018)



Fonte: Economática, 2020. Org. própria.

Nota: Grupo composto pela Águassanta Participações S.A., Queluz Holding Limited, Msor Participações e Usina Bom Jesus Açúcar e Alcool S.A

A hipermobilidade dos capitais no contexto de financeirização leva à mudanças constantes, o que demanda um recorte temporal para a análise. Daí a Figura 1 demonstrar as dinâmicas de organização e controle proprietário do Grupo Cosan em 2018 que, no momento da análise, eram os dados mais recentes disponibilizados (Economática, 2020). A partir da Figura 1 é possível observar que a maior parte do controle acionário da Cosan S.A. pertenceu à Cosan Limited, o que fez parte da estratégia de controle por parte da holding.

Contudo, sobretudo nos primeiros anos após a abertura de capital do Grupo, outros agentes - nacionais e estrangeiros - também participaram do controle acionário tanto da Cosan S.A como da Cosan Limited (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Agentes que já participaram do controle acionário da Cosan Limited por ano de entrada e saída e percentual de controle (2018)

Agente	Ano de entrada	Percentual de controle	Ano de saída	Percentual de controle	País de origem
Fidelity Investments	2008	7,0%	2011	5,8%	EUA
Wellington Management Company, Llp	2008	6,2%	2011	1,5%	EUA
Usina Bom Jesus SA Açúcar e Alcool	2012	10,0%	*	0,1%	Brasil
Janus Capital Management	2008	7,6%	2011	6,3%	EUA
M&G Investment Management Limited	2016	2,2%	*	3,0%	Reino Unido
Blackrock Inc	2008	20,7%	2016	3,5%	EUA
Renaissance Technologies Llc	2017	4,0%	*	2,7%	EUA
Gávea Investimentos	2008	14,6%	2016	2,9%	Brasil
Queluz Holdings Limited	2007	31,9%	*	30,5%	Brasil
Águassanta Participações S/A	2018	11,1%	*	11,1%	Brasil
Msor Participações	2012	0,7%	*	0,7%	Brasil
Eastspring Investment Singapore Limited	2016	1,0%	*	1,6%	Singapura
Skagen AS	2011	3,1%	2011	3,1%	Noruega
Ações em Tesouraria	2012	2,2%	*	10,2%	Brasil

Fonte: Economatica, 2020. Org. própria.

* Integravam o controle acionário até 2018

Tabela 2 – Agentes que participaram do controle acionário da Cosan S.A. por ano de ingresso, ano de saída e percentual de controle (2019⁴)

Agente	Ano de ingresso	Percentual de controle	Ano de saída	Percentual de controle	País de origem
Credit Suisse Hedging-Griffo C. V. S/A	2007	5,2%	2009	8,7%	Suíça
Wellington Management Company, Llp	2007	5,1%	2007	5,1%	EUA
Lewington Pte. Ltd. (Citigroup)	2007	6,0%	2007	6,0%	EUA
Rezende Barbosa S.A.	2009	11,9%	2014	0,7%	Brasil
Anniston Finance	2012	2,7%	2014	2,7%	EUA
Commonwealth Carriers as	2012	0,2%	*	0,2%	-
Island Services Management Corp	2012	0,1%	*	0,1%	-
Cosan Limited	2007	56,1%	*	59,7%	Bermudas
Águassanta Participações	2007	35,4%	2007	35,4%	Brasil
Ações em Tesouraria	2009	0,1%	*	0,9%	

Fonte: Economatica, 2020. Org. própria.

* Ainda faziam parte do controle acionário até 2019

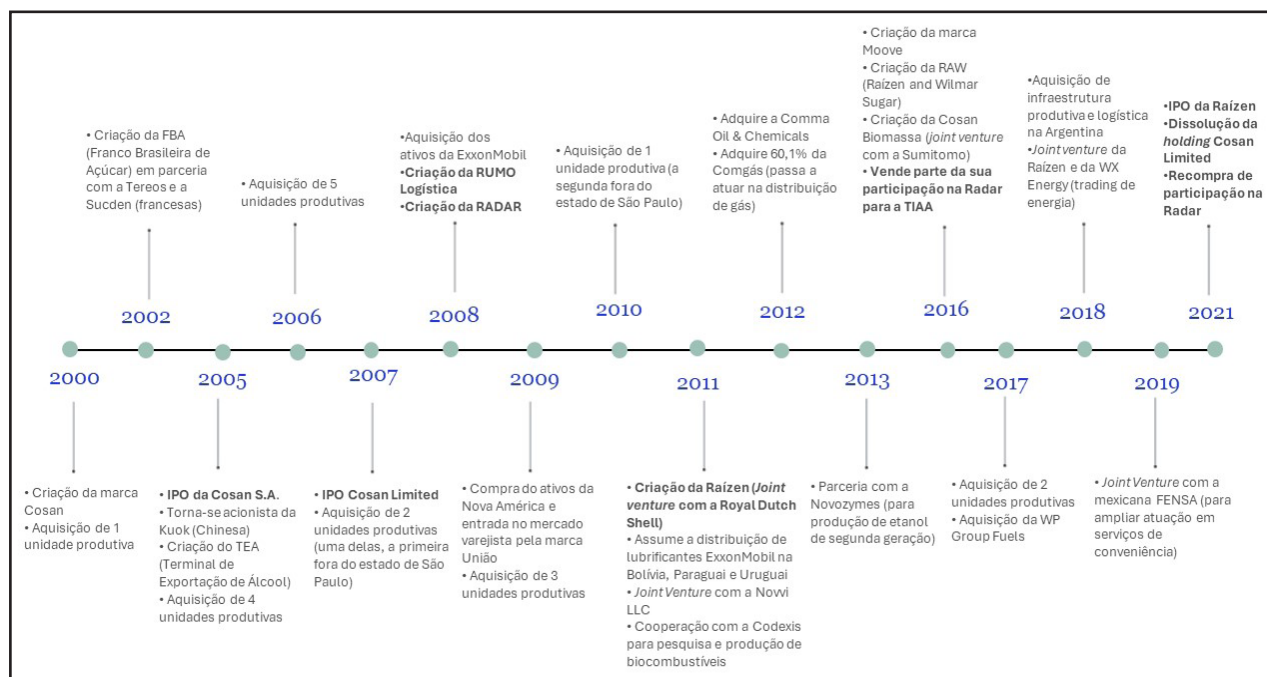
Os movimentos de ingresso e saída de diferentes agentes indicam a grande mobilidade de capitais permitidas pela financeirização, capitais estes que se movimentam com uma fluidez muito maior através da esfera financeira, do que poderiam fazer na esfera produtiva. Essa hipermobilidade dos capitais também pode ser observada no âmbito das ações preferenciais, operadas sobretudo por fundos de investimentos diversos. Uma das limitações da pesquisa realizada foi justamente a dificuldade de identificar a origem dos capitais investidos a partir dos fundos de investimentos, sendo assim, limitou-se a observá-los a partir dos seus gestores e administradores. Nesse sentido, observou-se a presença predominante de fundos

⁴ Para a Cosan S.A. os dados mais recentes disponíveis na Economatica, no período em que a pesquisa foi realizada, eram de 2019.

de investimento sob controle de grandes bancos nacionais e estrangeiros, além de seguradoras e gestoras de investimentos, como: BNP Paribas, Credit Suisse, Itaú Unibanco, Santander, BTG Pactual, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Porto Seguro, XP Investimentos, Órama, Az Quest, entre outros (Economática, 2020).

A abertura de capital foi um marco para a gestão do Grupo Cosan, que passou de uma organização familiar de capital fechado, para uma empresa do tipo S.A., com gestão corporativa complexa e com a adoção de estratégias para valorização financeira, a partir da necessidade de remuneração dos acionistas e capitais investidos no grupo. Esse processo representou uma importante capitalização das atividades, que, somada as ações de suporte ao setor sucroenergético efetivados pelo Estado brasileiro, constituíram a base de sua expansão que, em muito, se expressou a partir de novas dinâmicas de uso do território. Na figura seguinte (Figura 2), é possível observar as estratégias de expansão adotadas pelo Grupo Cosan, até 2021, com destaque para os movimentos recentes.

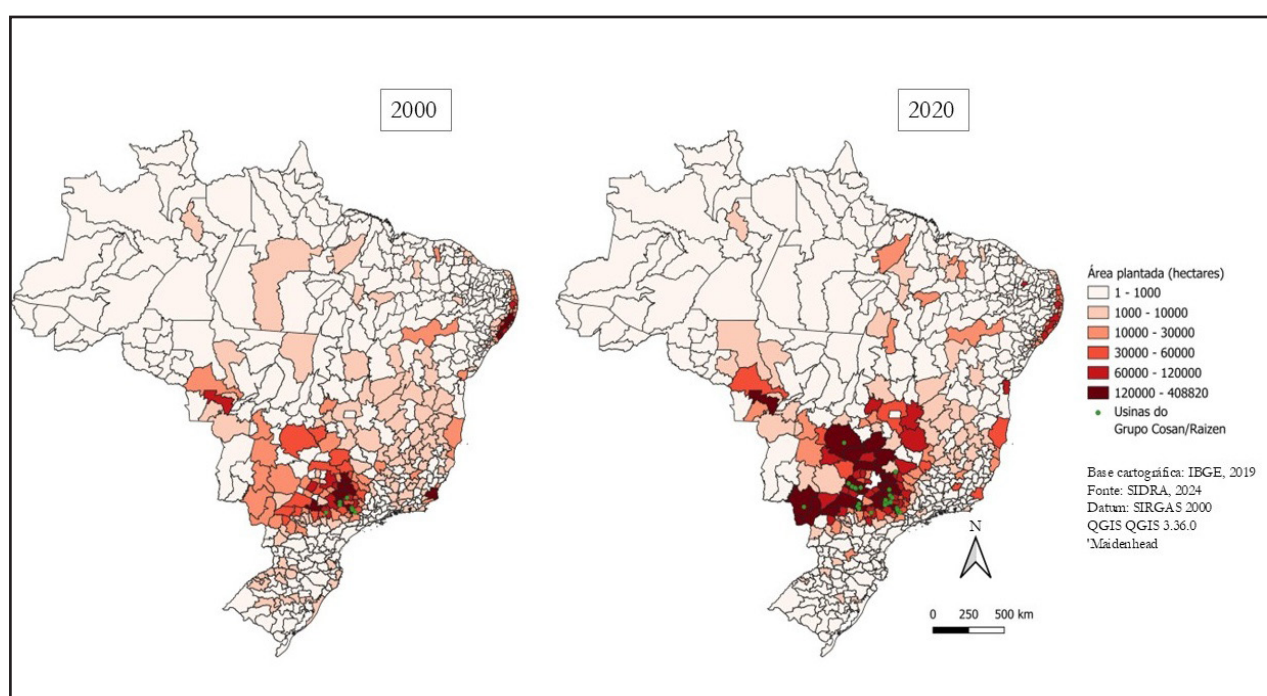
Figura 2 – Linha do tempo das estratégias efetivadas pelo Grupo Cosan entre 2002 e 2021



Fonte: Cardoso, 2014; Guedes Et Al, 2016; Jornal Da Cana, 2016; Gomes, 2018; Cosan, 2019; Raízen, 2020; Lopes, 2021; Guimarães, 2021. Org. própria.

Todos esses movimentos de expansão das atividades do Grupo Cosan, que se dinamizam a partir dos anos 2000 notadamente após a abertura de seu capital, possuem uma expressão territorial, que pode ser observada no mapa abaixo (Figura 3). Assim, a análise indica a importância do território e seus usos para a valorização do capital financeiro investido na empresa.

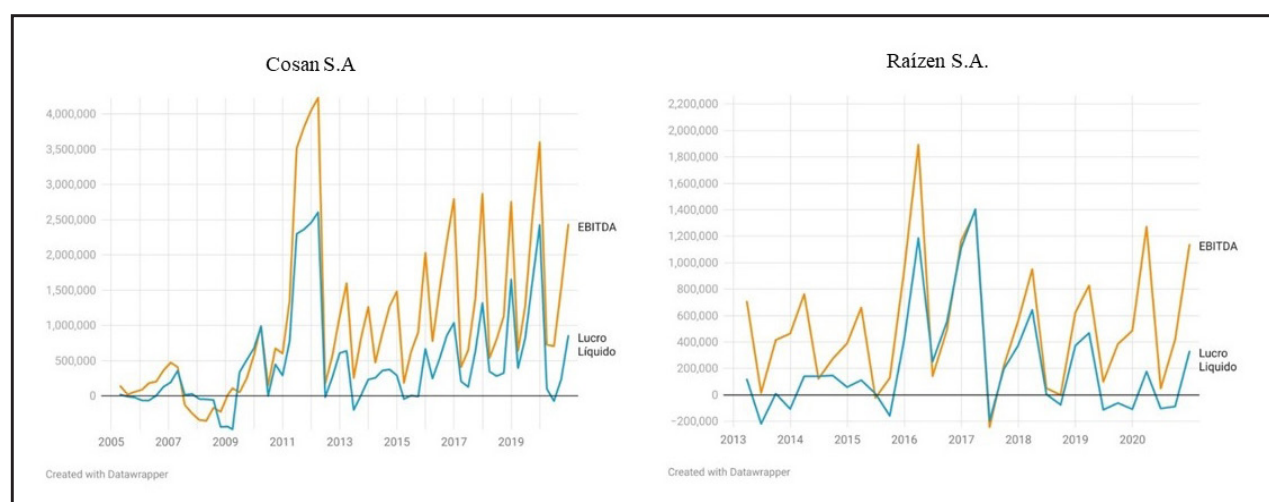
Figura 3 – Área plantada de cana-de-açúcar, em hectares, e unidades da Raízen por microrregiões (anos selecionados)



Fonte: autores

Com base na premissa aqui sustentada, de que o uso do território efetivado pela empresa é cerne para compreensão da valorização financeira do Grupo, a análise procurou compreender como se comportou o crescimento econômico que remunerou esse capital investido. Nesse sentido, foram averiguados o desempenho econômico da Cosan S.A. e da Raízen (Figura 4), uma vez que são as subsidiárias que se ocupam do processo produtivo em território brasileiro.

Figura 4 – EBITDA e lucro líquido da Cosan S.A e da Raízen S.A, em milhares de R\$ (anos selecionados)



Fonte: Economática, 2021. Org. própria.

Para além dos dados observados nos gráficos, que indicam o crescimento da empresa a partir do seu lucro líquido, a valorização dos capitais investidos também se expressa por meio o aumento dos preços das ações e da distribuição de dividendos – entre 2011 e 2021, foram pagos aproximadamente R\$ 6 bilhões aos acionistas (Economática, 2020; Cosan, 2022). São vários os fatores que constituem a conjuntura sobre a qual as ações estratégicas da empresa se efetivaram, podendo inclusive afirmar que se trata de fatores de ordem interna e externa que influenciaram o setor sucroenergético brasileiro como um todo.

Entre os fatores de ordem externa, destaca-se a influência dos preços internacionais do açúcar e do petróleo nas demandas domésticas e internacionais de açúcar e etanol, que por fim, orientam os processos produtivos das empresas do setor. Assim, os picos de produção de açúcar nas safras de 2010/2011 e de 2016/2017 coincidem com o aumento dos preços internacionais da *commodity* o que reflete na dinâmica financeira do Grupo Cosan. Por sua vez, somente o aumento dos preços internacionais do açúcar e do petróleo não explica a expansão das atividades após anos 2000. O setor sucroenergético brasileiro, historicamente, supriu as demandas do mercado a partir de suporte, político e econômico, do Estado brasileiro. Assim,

o repasse de fundos públicos viabilizou a expansão do capital produtivo do setor, o que não foi diferente para o Grupo Cosan. Essa questão é importante, uma vez que as variáveis relacionadas diretamente ao processo produtivo foram as que mais influenciaram nos preços das ações do Grupo Cosan entre 2015 e 2020, como analisado por Oliveira e Andrade (2020).

Assim, dado que a expansão da infraestrutura produtiva é uma manifestação dos usos do território efetivado pelo Grupo Cosan e base para compreensão de seu crescimento econômico, é importante compreender qual o papel do Estado na sustentação dessa expansão. Nesse sentido, a análise buscou compreender qual a importância dos fundos públicos para o processo de valorização e quais fundos são acionados pelo setor sucroenergético brasileiro e, especificamente, pelo Grupo Cosan. Observou-se então a importância dos repasses do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na sustentação da expansão produtiva do setor – e do Grupo Cosan –, sendo então primordiais para dar vazão às demandas de mercado (Silva, 2022).

Desse modo, ao passo em que o Grupo Cosan expandiu suas atividades, para além do financiamento via finanças - de agentes privados -, o Estado brasileiro também foi acionado. Como exemplo desse processo, destaca-se os recursos acionados pelo Grupo Cosan via BNDES, que entre 2002 e 2018, somados totalizaram um montante de R\$ 5,7 bilhões em 853 operações de financiamento, que foram utilizados para expansão da infraestrutura produtiva do Grupo (Silva, 2022; BNDES, 2024).

Entende-se que tal situação expressa a centralidade de ações estatais de sustentação ao setor no processo de expansão produtiva do Grupo, uma vez que as operações de financiamento do BNDES tiveram foco em projetos de expansão de capacidade produtiva, logística, reforma e plantio de canaviais e construção de infraestrutura logística e de armazenagem (Silva, 2022; BNDES, 2024).

Enfim, pode-se afirmar então que nesse início de século, o Grupo Cosan passou por um relevante crescimento econômico que permitiu a valorização financeira dos ativos investidos em suas atividades, expresso pela expansão de sua infraestrutura

produtiva e, portanto, concretizada por meio do uso do território, processo notadamente sustentado, também, por ações estatais. Assim, ao considerar essa situação geográfica que se conforma, a pesquisa buscou compreender as implicações decorrentes dessa conformação.

4 IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO GRUPO COSAN

O capital produtivo é ponto de partida importante para compreender os processos de valorização do Grupo Cosan, pois permitem a dinâmica da financeirização nas atividades e a própria valorização do capital acionário do Grupo. Esse capital produtivo, cujo desempenho não pode ser compreendido sem considerar a totalidade dos eventos que compõem a situação geográfica em que se insere, implica necessariamente em um conjunto de ações e relações que se estabelecem no âmbito do território e que, portanto, possui um caráter multifatorial.

Visto que o esforço de análise considerou o território usado como ponto de partida, é preciso considerar também as implicações socioespaciais que tomaram forma, nesse início de século, seja por ações específicas do Grupo Cosan seja pelo contexto histórico-concreto do agronegócio globalizado nesse período.

A expansão territorial das atividades do agronegócio globalizado no Brasil – incluso o setor sucroenergético – possui inúmeras faces: aquisição de terras em larga escala por agentes estrangeiros, captura de renda da terra, concentração fundiária, aumento dos preços da terra e acirramentos de conflitos, entre outras implicações que se estabeleceram historicamente e se aprofundam, intimamente ligados com a expansão do agronegócio brasileiro nos últimos anos, sobretudo como reflexo de sua inserção na mundialização financeira (Pereira, Alentejano, 2014; Frederico, 2018; Michelotti, Siqueira, 2019; Ramos Filho, Mitidiero Júnior, Santos, 2016).

Dado a amplitude das implicações, a pesquisa selecionou alguns processos para análise, a saber, a homogeneização da paisagem e do território, a superexploração do trabalho e a superexploração dos recursos naturais, que, entende-se, são condições

que se exacerbaram a partir da adesão à lógica financeira sobre os processos produtivos e empresas (Frederico, 2018, p. 110; Delgado, 2012, p. 117-127).

Assim, do ponto de vista da expressão da produção no território, pode-se dizer que a expansão dos cultivos de cana-de-açúcar nos municípios que são acionados pelo Grupo Cosan fomentou um processo de homogeneização da paisagem que se observa a partir da expansão das formas de uso e ocupação do espaço, mas que também reflete as próprias alterações nas relações sociais de produção e das disputas de poder que, por sua vez alteram as formas de reprodução social dos próprios sujeitos e lugares (Souza, 2013).

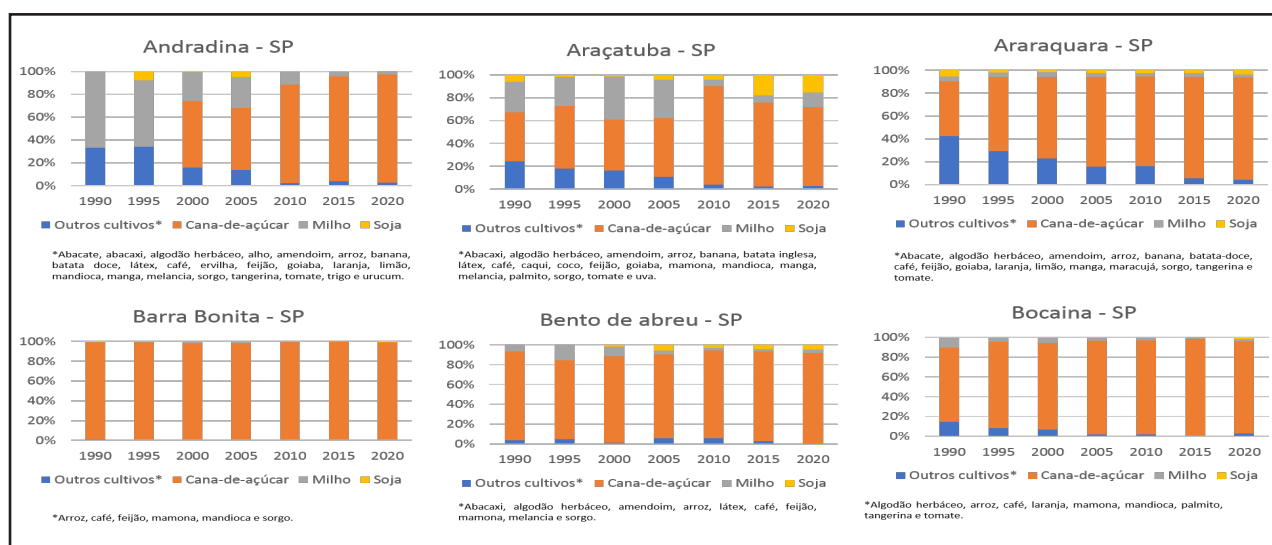
Para os municípios acionados pelo Grupo Cosan, a análise (realizada a partir de dados do IBGE) indicou que em 2018, dos 25 municípios analisados, 20 possuíam mais de 80% de sua área agricultável ocupada por cana-de-açúcar, com crescimento da produção após a década de 1990, acompanhando o próprio processo de expansão do setor sucroenergético brasileiro (SIDRA, 2021; Silva, 2022).

Na maior parte dos municípios houve o aumento da área ocupada por cana-de-açúcar, em níveis mais significativos ou mais contidos. Destaca-se também que, com base nos levantamentos realizados pelo CANASAT, entre 2004 e 2013, os canaviais do tipo “expansão” – aqueles que estão disponíveis para colheita pela primeira vez – nos municípios acionados pelo Grupo Cosan, somaram mais de 261 mil hectares (CANASAT, 2021).

Análise dos dados municipais destacou duas situações bem delimitadas. Em alguns municípios a expansão da cana-de-açúcar se deu majoritariamente em detrimento de outros cultivos - sobretudo frutas, leguminosas e grãos, como ocorreu em Andradina, Araçatuba e Araraquara (Figura 5), nos estados de São Paulo (SIDRA/IBGE, 2021). Em outros municípios essa expansão se deu também sobre o cultivo de outras commodities agrícolas importantes, como a soja e o milho (Figura 6), o que foi observado em Caarapó, em Mato Grosso do Sul e em Jataí, em Goiás. De todo modo, predominou-se uma perda de variedade produtiva significativa, com impactos para a dinâmica social e para a soberania alimentar, o que se apresenta como implicações

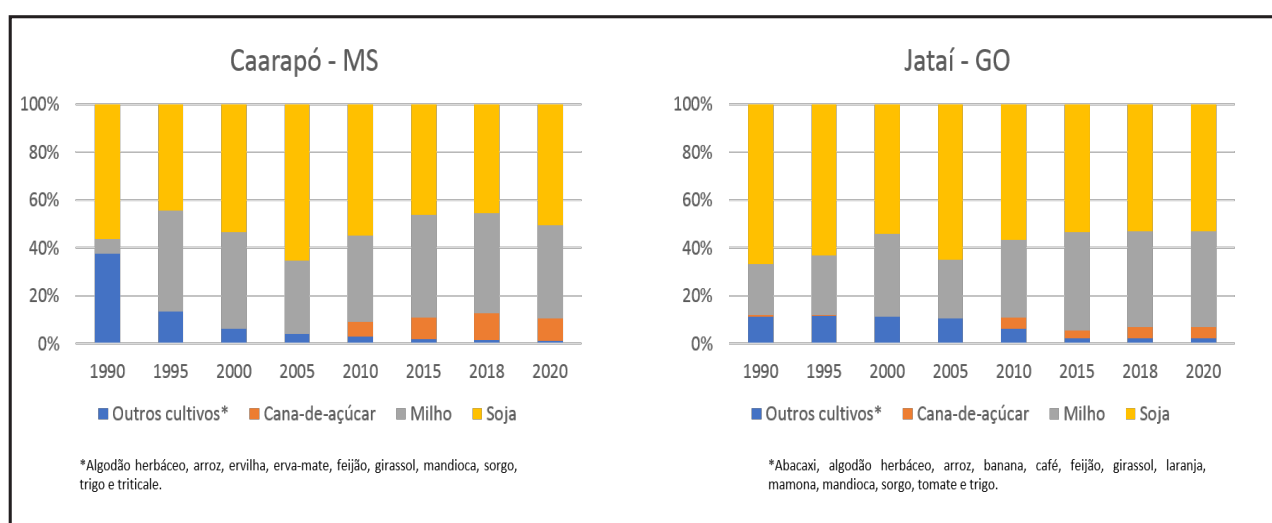
do processo de expansão do setor sucroenergético brasileiro nas últimas décadas. Destaca-se que os gráficos a seguir são excertos das análises realizadas, utilizados para demonstrar as dinâmicas apontadas.

Figura 5 – Percentual de área ocupada por cana-de-açúcar, milho, soja e demais cultivos agrupados das lavouras permanentes e temporárias, nos municípios selecionados (1990-2020)



Fonte: SIDRA/IBGE, 2021. Org. da autora.

Figura 6 – Percentual de área ocupada por cana-de-açúcar, milho, soja e demais cultivos agrupados das lavouras permanentes e temporárias, nos municípios selecionados (1990-2020)



Fonte: SIDRA/IBGE, 2021. Org. da autora.

Nesse sentido, a análise dos dados para os municípios acionados pelo Grupo Cosan corroborou estudos que apontaram que a expansão da produção sucroenergética brasileira e, notadamente, do estado de São Paulo, se deu através da expansão territorial (e horizontal) da produção, por meio de substituição de culturas – sobretudo pastagem – com impactos para a agricultura familiar e camponesa, e com riscos para a soberania alimentar (Durigan, Siqueira e Franco, 2007; Camargo *et. al.*, 2008; Castillo, 2015; Camara e Caldarelli, 2016).

No que se refere a dimensão da superexploração do trabalho, a mesma pôde ser observada a partir de violações diversas das normas trabalhistas e dos direitos humanos que, destaca-se, é uma característica historicamente intrínseca ao setor sucroenergético nacional. Os resultados da análise demonstraram uma extensa lista de irregularidades que acompanharam a expansão territorial das atividades do Grupo após 2000, bem como sua inserção na dinâmica da acumulação financeira e a respectiva orientação das atividades para fins de remuneração imediatista de agentes e capitais financeiros (Silva, 2022). A análise da superexploração do trabalho se deu a partir de dados secundários, disponíveis no Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar-SIT) no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), além de consultas em jornais e revistas. Para os municípios analisados, as estatísticas oficiais indicam a ocorrência de 6260 acidentes de trabalho sendo 28, com óbito, entre 2014 e 2020 (Radar Sit, 2022). No entanto, é preciso enfatizar que dos 25 municípios analisados, oito possuem outra unidade produtiva não pertencente ao Grupo, que são: Araçatuba, Brotas, Ibaté, Jaú, Paraguaçu, Rio das Pedras; Tarumã e Valparaíso, todos, municípios do estado de São Paulo. Assim, a análise dos dados indicados para os outros municípios, apontam uma possível relação com os usos do território realizados pelo Grupo Cosan e, nesses oito municípios, essa provável relação pode ser compartilhada.

O levantamento em jornais e revistas indicou processos de violação de leis trabalhistas efetivados pelo Grupo Cosan propriamente dito. Entre os tipos de ocorrência, destaca-se: resgate de trabalhadores em situação análoga à escrava –

que levou o nome do Grupo à “lista suja” do MTE -, falta de registro de trabalhadores, falta de infraestrutura sanitária adequada, imposição de jornadas superiores à 24h, aquisição de cana-de-açúcar de fazendas ilegais em terras indígenas, entre outras violações, que levaram o Grupo Cosan a assinar Termos de Ajustamento de Conduta junto ao MTE (Silva, 2022).

No que tange a questão da superexploração dos recursos naturais, destacou-se que tal situação se relaciona ao próprio do agronegócio globalizado como um todo, incluso o setor sucroenergético (Delgado, 2012). Assim, a análise indicou que o setor sucroenergético, apesar de inserido em uma psicofera da sustentabilidade, pratica um uso do território que traz uma série de implicações ambientais que são limitadoras para o próprio desenvolvimento nacional (Delgado, 2010). No que se refere à intensificação do uso de agrotóxicos, o setor acompanhou a dinâmica geral das atividades agrícolas brasileiras, que revelou o aumento significativo dos usos e aprovação de agrotóxicos em diversos setores. As implicações desse aumento se deram tanto no nível “ambiental” – quando se considera diretamente processos como poluição e degradação dos solos, dos rios e lençóis freáticos, por exemplo – quanto humano – quando se considera, por exemplo, os dados sobre intoxicação de pessoas por agrotóxicos.

Nesse sentido, pode-se dizer que para o setor sucroenergético, as principais implicações da superexploração dos recursos naturais estão relacionadas a degradação do solo – sobretudo erosão e compactação -, poluição das águas – pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes -, emissão de gases do efeito estufa e poluição atmosférica – potencializado pela prática, que diminuiu nos últimos anos, de queima do canavial em momento pré-colheita (Filoso *et al.*, 2015; Christofolletti *et al.*, 2017; Kiang, Soto, Basso, 2017).

Especificamente para os municípios acionados pelo Grupo Cosan, a pesquisa analisou os dados secundários dos Censo Agropecuário de 2006 e 2017 e do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) para compreender as consequências do aumento do uso de agrotóxicos. Dado que a análise da homogeneização da paisagem identificou que 20, dos 25 municípios

analisados, possuem mais de 80% de área agriculturável ocupada com cana-de-açúcar, pode-se deduzir que parte significativa das práticas agrícolas efetivadas no município, de onde decorrem as implicações analisadas, são voltadas a produção da gramínea.

A análise sobre o uso de agrotóxicos indicou que houve um aumento, nos municípios acionados, do percentual de propriedades que declararam ter utilizado estes insumos entre os Censo Agropecuário de 2006 e 2017 (IBGE, 2006; 2017), sendo possível observar também a diminuição em alguns casos. Ainda, os dados dos Censos Agropecuários dizem respeito as declarações feitas pelos produtores e os percentuais não consideram aqueles estabelecimentos que declararam utilizar agrotóxico, mas que não utilizaram no período pesquisado. Assim, trata-se de um esforço de aproximação da concretude da situação nesses municípios, mas que possui algumas limitações.

No que se refere a contaminação da água, a análise se baseou em trabalho realizado pelo Repórter Brasil, a Agência Pública e a organização não governamental Públic Eye, que analisou os dados SISAGUA (Aranha; Rocha, 2019). Tal pesquisa indicou que entre 2014 e 2017, um em cada quatro municípios brasileiros possuíam um “coquetel” de 27 agrotóxicos – conjunto testado - na água que os abasteciam (Aranha; Rocha, 2019). Para os municípios selecionados, observou-se que em sua maior parte (21 dos 25 municípios) foram identificados 27 dos 27 agrotóxicos testados na água de abastecimento e em três municípios, a quantidade de ao menos um agrotóxico encontrado, estava acima do considerado seguro no Brasil.

Assim, a análise dos dados para os municípios acionados pelo processo produtivo sucroenergético do Grupo Cosan vai ao encontro do que se observa a nível nacional: a intensificação do uso de agroquímicos e da superexploração dos recursos naturais como dimensão-reflexo do projeto de reprimarização da pauta exportadora brasileira e da inserção primária do Brasil no comércio exterior, bem como da necessidade de valorização imediatista e ampliada no âmbito da financeirização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada partiu do pressuposto de que a financeirização, característica essencial do capitalismo contemporâneo, pode ser apreendida a partir dos usos do território que dinamiza. Assim, observou-se essa dinâmica a partir do setor sucroenergético nacional, especificamente a partir de um destacado agente, o Grupo Cosan.

A principal conclusão da pesquisa é que o território, inerentemente acionado no processo produtivo sucroenergético, é condição para a produção de valor que, em última análise, e junto a outras formas de valorização fictícia, remuneram o capital financeiro investido no Grupo Cosan. Desse modo, com o processo de financeirização, pode-se dizer que as estratégias de uso do território efetivado pelo Grupo Cosan foram/ são guiadas, ao mesmo tempo, por uma lógica global do capitalismo contemporâneo e das demandas da financeirização, bem como por condições materiais e normativas estabelecidas no âmbito do território brasileiro.

A partir daí pode-se dizer que, no que se refere às condições materiais e normativas estabelecidas ao nível do território nacional, a rede de sustentação oferecia pelo Estado brasileiro é de suma importância, sobretudo ao considerar que conforma uma situação de atratividade para capitais especulativos por possibilitarem uma extração facilitada ou expressiva de mais valor. Assim como observado para o Grupo Cosan, as ações estatais foram importantes para viabilizar suas estratégias de expansão de seu processo produtivo, essencial para a remuneração dos capitais investidos no Grupo.

Os usos do território efetivados pelo referido agente, analisado sobretudo a partir dos anos 2000, se insere em situações onde é possível observar implicações diversas, mas que foram analisadas a partir de processos selecionados (homogeneização da paisagem e do território, superexploração do trabalho e superexploração da natureza). Tais processos indicaram que essas implicações se acentuaram no período analisado e guardam relações próprias com a dinâmica geral do agronegócio brasileiro globalizado e da expansão do setor sucroenergético nacional.

Assim, o exemplo empírico analisado permitiu compreender como os “espaços da financeirização” se conformam a partir de mudanças estruturais que definem funções e que colocam os territórios-economias dependentes como centrais na dinâmica de acumulação financeira em âmbito global, mas também a partir de questões conjunturais que expressam as relações socioespaciais contidas o interior do território, o que evidencia a complexa e constante relação entre o particular e a totalidade nesses espaços.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. **Pensata**. Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 3, p. 80-96, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/85d4f55c-c482-4152-b210-b34187e551b7/content> Acesso em 05 nov. 2025.

ARANHA, Ana; ROCHA, Luana. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. **Por trás do alimento**. 2019. Página na internet. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2019/04/15/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/#> Acesso em mar. 2022.

ARRIGUI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARROYO, Mônica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso/São Paulo: USP, 2006. p.177-190.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Consulta operações**. BNDES. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes> Acesso em jul. 2024.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira. Flex crops e a mobilidade do capital da Cosan/Raízen. In: BOECHAT, C. A. (Org). **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético**: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 83-125.

CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; CALDARELLI, Carlos Eduardo. Expansão canavieira e uso da terra no estado de São Paulo. **Estudos avançados**. V. 30, n. 88, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zfmhCpngtsfn8thv6sd6Q7D/?lang=pt> Acesso em 18 jan. 2022. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880008>

CAMARGO, Ana Maria Montragio Pires de. et al. Dinâmica e tendência da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuárias, Estado de São Paulo, 2001- 2006. **Informações Econômicas**, v.38, n.3, p.47-66, 2008.

CANASAT. Monitoramento da cana-de-açúcar. **INPE**. Página na internet. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/> Acesso em dez. 2021

CARDOSO, Artur Monte. Burguesia brasileira nos anos 2000: estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. 2014. 346 p. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286541>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre América Latina. **CEPAL – Série Macroeconomía del Desarrollo**. N. 117. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/5349> Acesso em 05 mai. 2020.

CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma cerrado. **Geographia**, Niterói, v. 17, n. 35, 2015, p. 95-119. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13730> Acesso em 05 nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13730>

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Cintya Aparecida et. al. O emprego de agrotóxicos na cultura de cana-de-açúcar. In: FONTANETTI, Carmen Silvia; BUENO, Odair Correa (org.). **Cana-de-açúcar e seus impactos: uma visão acadêmica**. Bauru: Canal 6, 2017. 51-63.

CHRISTOPHERS, Brett. The limits of financialization. **Dialogues in human geography**. 2015, n.5 v.2, 183-200. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2043820615588153> Acesso em 13 fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/2043820615588153>

CONTEL, Fábio Betioli. **The financialization of the Brazilian territory: from global forces to local dynamisms**. Springer, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-40293-8> Acesso em 08 nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-40293-8>

COSAN. **A companhia: histórico**. Página na internet. Disponível em: <http://ri.cosanlimited.com/ptb/historico> Acesso em nov. 2019.

COSAN. **Serviço aos investidores**. 2022. Página na internet. Disponível em: <https://www.cosan.com.br/servicos-aos-investidores/dividendos/>. Acesso em: 25 set. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**. V.1, n.2, p. 111 – 125, jan-abr, maio-ago 2010. Disponível em: https://www.inctpped.org/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_guilherme.pdf Acesso em 08 nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51861/ded.dmez.2.011>

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras, 2017.

DURIGAN, Giselda; SIQUEIRA, Marinez Ferreira de; FRANCO, Geraldo Antônio Daher Correa. Threats to the Cerrado remnants of the State of São Paulo, Brazil. **Scientia Agricola**. USP, v. 64, p. 366-363, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sa/a/RgTZvmb7gN9xyzT8yLQdQPR/?format=html&lang=en> Acesso em mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-90162007000400006>

ECONOMATICA. Página na internet. Disponível em: <https://economica.com/> Acesso entre fev. 2020 e mar. 2022.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Vol. X, n. 218 (03), 2006, Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso: 19 mai. 2023.

FILOSO, Solange et al. Reassessing the environmental impacts of sugarcane ethanol production in Brazil to help meet sustainability goals. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**. 52, p. 1847–1856. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032115008576> Acesso em 05 nov. 2025. DOI:10.1016/j.rser.2015.08.012

FREDERICO, Samuel. Território, capital financeiro e agricultura: land grabbing e fronteira agrícola no Brasil. **Tese de livre docência**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018.

GOMES, José Roberto. Cade aprova aquisição de terminal de álcool em Santos pelo Tequimar, do grupo Ultrapar. **Reuters**. 2018. Página na internet. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/cade-aprova-aquisicao-de-terminal-de-alcool-em-santos-pelo-tequimar-do-grupo-ultrapar-14022018> Acesso em 28 de nov. 2019.

GUEDES, Sebastião et. al. Trajetórias e indicadores econômico-financeiros na agroindústria canavieira: o caso do grupo Cosan. In: SANTOS, Gesmar Rosa. **Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil**: desafios, crises e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016. p. 83-112.

GUIMARÃES, Fernanda. Raízen faz o maior IPO do ano na bolsa e levanta R\$ 6,9 bilhões. **Estadão**. 2021 Página na internet. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,sociedade-entre-cosan-e-shell-raizen-faz-maior-ipo-do-ano-e-levanta-r-6-9-bilhoes,70003799283> Acesso em mar. 2022.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Biblioteca IBGE, 2006. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2aapuracao.pdf Acesso em 12 fev. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Biblioteca IBGE, 2017. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096> Acesso em 12 de fev. 2026.

JORNAL DA CANA. Cosan vende parte de suas ações na Radar para Mansilla por R\$ 1,065 bi. Jornal da cana. 2016. Página na internet. Disponível em: <https://jornalcana.com.br/cosan-vende-parte-de-suas-acoes-na-radar-para-mansilla-por-r-1065-bi/> Acesso em mar. 2022.

KIANG, Chang Hung; SOTO, Miguel Alfaro; BASSO, Juliana Basso. A cultura da cana-de-açúcar à luz da sustentabilidade. In: FONTANETTI, Carmen Silvia; BUENO, Odair Correa (org). **Cana-de-açúcar e seus impactos: uma visão acadêmica**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 267 – 275.

LAPAVITSAS, Costas. Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation. **Historical Materialism**, 17(2):114-148, 2009. Disponível em: https://brill.com/view/journals/hima/17/2/article-p114_6.xml. Acesso em 05 nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1163/156920609X436153>

LAPAVITSAS, Costas. Theorizing financialization. **Work Employment Society**. 25:611, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0950017011419708> Acesso em 05 nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/0950017011419708>

LOPES, Marco Antônio. Cosan (CSAN3) anuncia compra de 47% de participação no Grupo Radar por R\$ 1,479 bi. **Suno**. 2021. Página na internet. Disponível em: <https://www.suno.com.br/noticias/cosan-csan3-compra-fatia-adicional-radar/> Acesso em mar. 2022.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. **Semestre Económico**. v. 22, n. 50, p. 87-106, 2019. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2947> Acesso em 05 nov. 2025. <https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a5>

NOVA CANA. **Raízen compra usinas da Biosev por R\$ 3,6 bilhões e fatia de 3,5% em ações**. Nova Cana. 2021 Página na internet. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/raizen-compra-usinas-biosev-r-3-6-bilhoes-fatia-3-5-acoes-080221> Acesso em fev. 2021.

NOVA CANA. **Raízen negocia venda de mais quatro usinas de cana-de-açúcar**. 2025. Página na internet. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/raizen-negocia-venda-quatro-usinas-cana-de-acucar-060625> Acesso em 07 de jul. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016. v. 1. 545p. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/ariovaldo-umbelino-de-oliveira>. Acesso em 08 nov. 2025.

OLIVEIRA, Sandra Cristina de; ANDRADE, Alequexandre Galvez de. Significant factors in the stock prices of the main companies in the sugar-energy sector in Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e241997117, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7117>. Acesso em: 27 may. 2022. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7117

PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**. n. 23, v. 66, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro. **Tempos Históricos**. V. 18, n. 1, 2014.

PIKE, Andy; POLLARD, Jane. Economic Geographies of Financialization. **Economic Geography**. Clark University, v. 86, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1944-8287.2009.01057.x> Acesso em 05 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2009.01057.x>

RADAR-SIT. Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Portal da Inspeção do Trabalho. 2022. Página na internet. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em fev. 2022.

RAÍZEN. Sobre a Raízen. Página na internet. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen> Acesso em mar. 2020.

RAÍZEN. Quem somos. Página na internet. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/quem-somos/meus-numeros>. Acesso em nov. 2025.

RAMOS FILHO, Eraldo Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; SANTOS, Laiany Rose Souza (org.). **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

REUTERS. Brazil Cosan IPO raises \$1 bln, less than planned. **Reuters**. 2007. Página na internet. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/brazil-cosan-ipo/brazil-cosan-ipo-raises-1-bln-less-than-planned-idUSN1636429620070816> Acesso em 12 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SASSEN, Saskia. Territory, authority, rights: from Medieval to Global Assemblages. **Princeton University Press**. 2017.

SIDRA/IBGE. Sistema de Recuperação Automática do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em mar. 2021.

SILVA, L. R. Agronegócio globalizado e uso do território no contexto de financeirização: o Grupo Cosan e o setor sucroenergético brasileiro. 2022. 252 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35301> Acesso em 05 de nov. 2025. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5313>.

SOUZA, José Gilberto de. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. (ORG). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Curitiba: Íthala, 2016. p. 55 – 97.

SOUZA, José Gilberto de. A produção Brasileira de Etanol e seus efeitos sobre o valor da terra, sobre a concentração fundiária e sobre a homogeneização da paisagem. **Diversitates**. v. 5, n. 1, P. 29-58., 2013. Disponível em: <https://diversitatesjournal.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/v5n1-artigo3.pdf> Acesso em 05 nov. 2025.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de la América Latina**, Buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012. Disponível em: <https://maristellavampa.net/archivos/ensayo59.pdf> Acesso em 05 nov. 2025.

VERDI, Adriana Renata; AOUN, Samira. O agronegócio brasileiro na globalização financeira: estratégia e dinâmica dos principais grupos. **Revista de economia agrícola**. São Paulo, v. 56, n. 1, p. 103-118, jan./jun. 2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/rea/rea7-n1-09.pdf>. Acesso em jul. 2024.

Contribuições de autoria

1 – Lais Ribeiro Silva

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

<https://orcid.org/0000-0001-7840-8821> • silva.laisrs@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Visualização de Dados, Escrita - primeira redação, Escrita - revisão e edição

Como citar este artigo

SILVA, L. R. Agronegócio globalizado e uso do território no contexto de financeirização: o Grupo Cosan e o setor sucroenergético brasileiro. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 29, e92767, 2025. Disponível em: 10.5902/2236499492767. Acesso em: dia mês abreviado. ano.